

# PREGÃO ELETRÔNICO PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº 111/2022

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 111/2022.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 8321/2022.
OFERTA DE COMPRA Nº 816800801002022OC00071 e

816800801002022OC00072. **DOTAÇÃO: 12.03.33.90** – Secretaria de Infraestrutura e

Serviço/ Gestão dos Serviços Públicos/ Material de Consumo/ Fonte 01 (Recurso Próprio).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br
DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA

PROPOSTA ELETRÔNICA: 13/09/2022.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO

**PÚBLICA:** 23/09/2022 às 09 horas.



## **PREÂMBULO**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO/SP, CNPJ: 43.465.459/0001-73, por seu(ua) pregoeiro(a) nomeado(a) pela Portaria SMA nº 002/22 de lavra do Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Administração, publicada em 8 de julho de 2022, pelo presente torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo — Sistema BEC/SP", com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO com critério de julgamento menor preço por item — Processo nº 8321/2022, objetivando a "Constituição de sistema de Registro de Preços para eventual aquisição futura de materiais de enfermagem para uso da Funerária Municipal, conforme Edital e Anexos", para atendimento da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço, que será regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 4306 de 02 de janeiro de 2012, Decreto Municipal nº 3317 de 25 de fevereiro de 2008, Lei Complementar nº 123/06 e Lei Complementar nº 147/14.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico <a href="https://www.bec.sp.gov.br">www.bec.sp.gov.br</a>, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo(a) pregoeiro(a) com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

NOTA: Havendo divergência entre as informações constantes no sistema "BEC" e a constante no Edital, prevalecerão todas as especificações relativas aos itens contidas no Edital.



### 1. DO OBJETO

**1.1.** A presente licitação tem por objeto a "Constituição de sistema de Registro de Preços para eventual aquisição futura de materiais de enfermagem para uso da Funerária Municipal, conforme Edital e Anexos".

## 2. DA PARTICIPAÇÃO

- **2.1.** Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Municipal que estiverem registrados no CAUFESP, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.
- **2.2.** O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.
- **2.3.** As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o registro no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico <a href="www.bec.sp.gov.br">www.bec.sp.gov.br</a>.
- **2.4.** Será vedada a participação de empresas:
- **2.4.1.** Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do Art. 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- **2.4.2.** Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o(a) pregoeiro(a), o subscritor do Edital ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio, nos termos do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.
- **2.4.3.** Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- **2.4.4.** Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.
- **2.4.5.** Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do Art. 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011.
- **2.4.6.** Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do Art. 72, § 8°, inciso V, da Lei Federal n° 9.605/1998.



- **2.4.7.** Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do Art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992.
- **2.4.8.** Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do Art. 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993.
- **2.4.9.** Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, com os Estados, Municípios ou o Distrito Federal, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do Art. 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do Art. 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012.
- **2.4.10.** Na data fixada para a apresentação dos envelopes, estejam impedidas e suspensas de licitar e/ou contratar com este Município, nos termos do Art. 87, III da Lei nº 8.666/93; Art. 7º da Lei nº 10.520/02; Art. 28º do Decreto nº 5.450/05; Súmula nº 51 do TCE-SP e Art. 10 da Lei Federal nº 9.605/98.
- **2.4.11.** Estejam em processo de falência.
- **2.5.** A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos à Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.
- **2.6.** A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- **2.7.** Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.
- **2.8.** O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- **2.9.** Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem **5.15.1**, bem como para a fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista previsto no Art. 43 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP.

### 3. DAS PROPOSTAS:

**3.1.** As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço <a href="https://www.bec.sp.gov.br">www.bec.sp.gov.br</a> na opção "PREGÃO — ENTREGAR PROPOSTA", desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo para a



abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

- **3.2.** No caso de erros materiais, a Administração diligenciará para que seja saneado o problema, tendo em vista o princípio da economicidade.
- **3.3.** A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
- a) Indicação da marca do produto cotado, observadas as especificações constantes no **Anexo I** Memorial Descritivo e **Anexo II** Termo de Referência.
- **b)** Preço unitário por item, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, bem como a desoneração da folha de pagamento, em cumprimento à Lei Federal nº 12.546/2011 e suas alterações, quando aplicável.
- c) As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus Anexos.
- d) Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- e) Simples Nacional. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo(a) pregoeiro(a).
- f) Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no subitem 3.3, alínea "e", deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado o contrato, nos termos do Art. 30, caput, inciso II, e §1°, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- g) Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a **alínea "f"**, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do Art. 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- **3.4.** O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias.
- **3.5.** O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável.
- **3.6.** A proposta deverá ser formulada em estrita correspondência todas as especificações dos itens constantes na redação do Edital.



## 4. DA HABILITAÇÃO:

**4.1.** O julgamento da habilitação de todos os licitantes, inclusive para as microempresas, empresas de pequeno porte, se processará na forma prevista no **Item 5 - Da Sessão Pública e do Julgamento**, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

### 4.2. Habilitação Jurídica:

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada EIRELI.
- **b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012.
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas.
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, em se tratando de sociedade cooperativa.

### 4.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- **b)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação.
- c) Certidão Negativa de Débitos Tributários relativos à Dívida Ativa emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante, com prazo de validade em vigor.
- d) Certificado de Regularidade de Débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com prazo de validade em vigor.
- e) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, com prazo de validade em vigor, conforme Portaria conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014.



- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Titulo VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- g) Certidão Negativa de Débitos Mobiliária expedida pela Fazenda Municipal do domicílio ou da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.
- **4.3.1.** As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.
- **4.3.2.** Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a Certidão de que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

### 4.4. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- **4.4.1.** Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na **alínea** "a" da qualificação econômico-financeira, deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.
- **b)** Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.
- **4.4.2.** As certidões serão consideradas válidas, a partir da data da sua emissão, pelo prazo de 90 (noventa) dias corridos, se outro prazo não constar do documento conforme inciso II do Art. 31 da Lei 8.666/93. No caso de participação de empresas filiais, será exigida certidão da empresa matriz, nos termos da legislação vigente.

### 4.5. Qualificação Técnica:

a) Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado(s) ou certidão(ões), em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação;

### 4.6. Outras Comprovações:

- **4.6.1.** Declarações subscritas por representante legal da licitante, elaboradas em papel timbrado, conforme modelo **Anexo IV** Modelo Arquivo Declarações (Fase Habilitação), atestando que:
- a) Se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho.



- b) Inexiste impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.
- **4.6.2.** Para licitantes microempresas ou empresas de pequeno porte que pretendem usufruir o direito de preferência e/ou o benefício da habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista:
- a) Não possui qualquer dos impedimentos previstos nos § 4º e seguintes todos do Art. 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra.
- **4.6.3.** Para licitantes em recuperação judicial ou extrajudicial:
- a) Para o caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da retirada da nota de empenho deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.
- b) Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: está ciente de que no momento da retirada da nota de empenho deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- **4.6.4.** Apresentar a declaração subscrita por representante legal da licitante de acordo com as disposições do **Anexo V** Declaração de Elaboração Independente de Proposta e Atuação Conforme ao Marco Legal Anticorrupção, na fase de habilitação, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014.
- **4.6.5.** Apresentar a declaração subscrita por representante legal da licitante de acordo com as disposições do **Anexo VI** Declaração de Inexistência de Grau de Parentesco nos Termos do Artigo 109 da Lei Orgânica Municipal.

### 4.7. Documentação Complementar

- 4.7.1 A (s) licitante (s) classificada (s) em primeiro lugar no certame deverá (ão) apresentar em até 04 (quatro) dias da sessão pública os seguintes documentos complementares:
- a) Registro dos produtos ofertados no Ministério da Saúde e/ou registro dos produtos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA. Caso o produto possua isenção, a mesma deverá ser apresentada.
- **4.7.1.** Os documentos solicitados no subitem **4.7, alínea "a"** deverão ser entregues no balcão do Departamento de Suprimentos, localizado na Prefeitura Municipal de Amparo, situado a Avenida Bernardino de Campos, nº 705, Centro, CEP: 13.900-400, Amparo/SP, aos cuidados do(a) pregoeiro(a) responsável pelo certame.



**4.7.2.** O aceite dos documentos pela Secretaria solicitante terá efeito de habilitação da(s) empresa(s) licitante(s) no presente certame, ou seja, em caso de inadmissão dos documentos pela Secretaria solicitante, a(s) empresa(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) inabilitada(s) no pregão.

### 4.8. Das Amostras

- **4.8.1.** A(s) empresa(s) classificada(s) em primeiro lugar nos itens **03**, **05**, **08**, **09**, **10**, **11** e **12** da **OC 71** deverá(ão) apresentar amostras destes em até 04 (quatro) dias da sessão pública, no mesmo prazo dos documentos requeridos no **4.7**, alíneas "a".
- a) As amostras deverão ser apresentadas em número mínimo de 01 (uma) unidade. Caso o material, por suas características, exija um número maior ou menor de amostras para a realização do teste, o fornecedor será comunicado.
- **4.8.2.** A(s) amostra(s) deverá(ão) ser entregues no balcão do Departamento de Suprimentos, localizado na Prefeitura Municipal de Amparo, situada a Avenida Bernardino de Campos, nº 705, Centro, CEP: 13.900-400, Amparo/SP, aos cuidados do(a) pregoeiro(a) responsável pelo certame.
- **4.8.3.** Os critérios de avaliação das amostras constam especificados no **Anexo II** Termo de Referência.
- **4.8.4.** A avaliação da amostra terá efeito de habilitação da empresa licitante no presente certame, ou seja, em caso de reprovação a empresa licitante será declarada inabilitada no pregão.
- **4.8.5.** As amostras deverão corresponder com exatidão à marca e demais especificações informadas na proposta comercial.
- **4.8.6.** A avaliação da amostra será realizada pelo corpo técnico da Secretaria solicitante do presente procedimento licitatório.
- **4.8.7.** A notificação dos resultados de avaliação será através de publicação de parecer do(a) pregoeiro(a) veiculado no Jornal Oficial de Amparo e na plataforma do BEC.

### 4.9. Disposições Gerais:

- **4.9.1.** As certidões deverão estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua expedição.
- **4.9.2.** Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número de CNPJ. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto



aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

- **4.9.3.** Não serão aceitos, para habilitação das licitantes, protocolos de pedido de certidões. No caso de impossibilidade de emissão das certidões por inatividade do órgão emitente ou em caso fortuito ou força maior, serão aceitos os respectivos protocolos cuja validade estará suspensa até a devida comprovação de regularidade, cessados os motivos que levaram a não apresentação das certidões.
- **4.9.4.** Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
- **4.9.5.** Destaca-se que todas as conversas/intimações serão feitas pelo(s) endereço(s) de e-mail(s) descrito(s) na proposta do licitante, sendo que qualquer modificação deverá ser comunicada por escrito no endereço de e-mail <u>licitacoes@amparo.sp.gov.br</u>, caso o processo não tenha sido homologado, ou caso seja, no endereço <u>contratos@amparo.sp.gov.br</u>, onde deve ser solicitado protocolo de recebimento, e toda e qualquer notificação será feita através do(s) endereço(s) de e-mail(s) informado(s), inclusive os prazos estabelecidos nos Art. 87 e 109 da Lei nº 8.666/93.
- **4.9.6.** Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma constante no item 4 Da Habilitação, subitem A. Habilitação Jurídica, deverão ser apresentados na Prefeitura Municipal de Amparo/SP, Avenida Bernardino de Campos, nº 705, Centro, CEP: 13.900-400, Amparo/SP Departamento de Suprimentos, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.
- **4.9.7.** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente. As cópias poderão ainda ter sua autenticidade atestada por servidor público municipal, mediante a apresentação do documento original, nos termos do que dispõe a Lei Federal de nº 13.726, de 8 de outubro de 2018.

### 5. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO:

- **5.1.** No dia e horário previstos neste Edital, o (a) pregoeiro (a) dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.
- **5.2.** A análise das propostas pelo (a) pregoeiro (a) visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- **5.3.** Serão desclassificadas as propostas:
- a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital.
- b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.
- c) Que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação.



- **5.4.** A desclassificação se dará por decisão motivada do (a) pregoeiro (a).
- **5.5.** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- **5.6.** O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.
- **5.7.** Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.
- **5.8.** Será iniciada a etapa de lances, com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.
- **5.9.** A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.
- **5.9.1.** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou em valores distintos e decrescentes inferiores ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima entre eles será conforme o quadro a seguir:

TABELA REDUÇÃO DE PREÇOS POR ITEM			
OC: 8168008	01002022OC00071.		
Item 01	R\$ 0,01		
Item 02	R\$ 0,01		
Item 03	R\$ 0,001		
Item 04	R\$ 0,10		
Item 05	R\$ 0,10		
Item 06	R\$ 0,01		
Item 07	R\$ 0,01		
Item 08	R\$ 0,01		
Item 09	R\$ 0,01		
Item 10	R\$ 0,01		
Item 11	R\$ 0,001		
Item 12	R\$ 0,001		
Item 13	R\$ 0,01		
OC: 8168008	01002022OC00072.		
Item 01	R\$ 0,01		
Item 02	R\$ 0,01		
Item 03	R\$ 0,01		
Item 04	R\$ 0,01		
Item 05	R\$ 0,01		
Item 06	R\$ 0,10		



- **5.9.2.** A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço "unitário do item".
- **5.10.** A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.
- **5.10.1.** A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 03 (três) minutos do período de que trata o subitem **5.10** ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.
- **5.10.2.** Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no subitem **5.10.1**, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação.
- **5.11.** No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:
- a) Dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores.
- b) Do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.
- **5.12.** A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados no subitem **5.10.2**.
- **5.13.** Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores.
- **5.14.** Para essa classificação será considerado o último preço admitido de cada licitante.
- **5.15.** Com base na classificação a que alude o no subitem **5.14**, será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:
- **5.15.1.** A microempresa, empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo (a) pregoeiro (a), para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.
- **5.15.2.** A convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem **5.15.1**.
- **5.15.3.** Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem **5.15.1**.
- **5.15.4.** Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem **5.13**, seja microempresa, empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.



- **5.16.** O (a) pregoeiro (a) poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens **5.15.1** e **5.15.3**, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem **5.13**, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.
- **5.17.** Após a negociação, se houver, o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- **5.18.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o (a) pregoeiro(a) ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:
- a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos relacionados no Item 4. Da Habilitação.
- b) Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no **Item 4. Da Habilitação**, o (a) pregoeiro (a) verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações.
- **b.1)** Essa verificação será certificada pelo(a) pregoeiro(a) na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.
- c) A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de novos documentos ou a substituição de documentos anteriormente ofertados, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão no prazo de até 02 (duas) horas do conhecimento da oferta de menor valor aceito, por correio eletrônico para o endereço: <a href="mailto:licitacoes@amparo.sp.gov.br">licitacoes@amparo.sp.gov.br</a>.
- c.1) Sem prejuízo do disposto nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", deste subitem 5.18, serão apresentados, no prazo de até 02 (duas) horas do conhecimento da oferta de menor valor aceito, obrigatoriamente, por correio eletrônico, as declarações a que se refere o subitem 4.6, bem como dos demais documentos exigidos no Item 4 Da Habilitação, que não constarem do cadastro junto ao CAUFESP.
- d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a **alínea "b"**, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a **alínea "c"**, ambas deste subitem **5.18**, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas **alíneas "b"** e "c", a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.
- e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma constante da **alínea "c"**, deverão ser apresentados na Prefeitura Municipal de Amparo/SP, Avenida Bernardino de Campos, nº 705, Centro, CEP: 13.900-400, Amparo/SP Departamento de



Suprimentos, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

- e.1) Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados do original para que seja autenticado pelo(a) pregoeiro(a) ou por um dos membros da equipe de apoio.
- f) Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar a regularidade, no prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério desta Prefeitura, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação dada pelo Art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.
- g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- h) Por meio de aviso lançado no sistema, o(a) pregoeiro(a) informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. Deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.
- **5.19.** Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, o (a) pregoeiro (a), respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem **5.13**, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

## 6. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

- **6.1.** Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes do Art. 43 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, o(a) pregoeiro(a) informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, no prazo de 05 (cinco) minutos e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.
- **6.2.** Havendo interposição de recurso, na forma indicada no subitem **6.1**, o(a) pregoeiro(a), por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 03 (três) dias após o encerramento da sessão pública, e às demais licitantes que poderão apresentar contra razões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, Avenida Bernardino de Campos, nº 705, Centro, CEP: 13.900-400, Amparo/SP Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Amparo/SP.
- **6.3.** Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br, opção RECURSO, e a apresentação de documentos relativos às peças antes



indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Amparo/SP, Avenida Bernardino de Campos, nº 705, Centro, CEP: 13.900-400, Amparo/SP, observados os prazos estabelecidos no subitem **6.2**.

- **6.4.** A falta de interposição na forma prevista no subitem **6.1** importará a decadência do direito de recurso e o (a) pregoeiro (a) adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.
- **6.5.** Em decorrência da interposição motivada de recurso (s) meramente procrastinatório (s), mediante instauração de processo administrativo, será aplicada multa correspondente a 10% (dez por cento), do valor oferecido pelo licitante que apresentou o menor preço. O valor da multa será sobre o (s) item (ns) que o (s) recurso(s) afetará(ão).
- **6.6.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.
- **6.7.** O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **6.8.** A Ata de Registro de Preços será formalizada e terá suas cláusulas e condições reguladas pelas legislações pertinentes
- **6.9.** Constitui condição para a celebração da ata de registro de preços:
- a) Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da Contratada, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.
- b) Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- **6.10.** O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses improrrogáveis.
- **6.11.** Farão parte integrante da Ata todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste PREGÃO ELETRÔNICO, independentemente de transcrição.
- **6.12.** Se a vencedora se recusar a assinar a Ata, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa por escrito aceita por esta Prefeitura, será convocado outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar a Ata, e assim sucessivamente.
- **6.13.** Nestes casos a vencedora estará sujeita às penalidades previstas neste Edital.
- 7. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO:



- **7.1.** À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 7.2. A desconexão do sistema eletrônico com o (a) pregoeiro (a), durante a sessão pública, implicará:
- a) Fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa aos licitantes de nova data e horário para a sua continuidade.
- **b)** Durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.
- **7.3.** A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

### 8. DA CONTRATAÇÃO:

- **8.1.** Homologada a licitação os preços serão registrados em Ata.
- **8.2.** O Departamento de Suprimentos convocará os fornecedores classificados em primeiro lugar para, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, assinar a Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços.
- **8.3.** O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Departamento de Suprimentos.
- **8.4.** Não sendo assinada a Ata de Registro de Preços, poderá o órgão licitante convocar todos os demais licitantes classificados para outra sessão, na qual o(a) pregoeiro(a) negociará o preço com o segundo classificado decidirá sobre a aceitabilidade e, se for o caso abrirá o envelope "documentos de habilitação", e assim sucessivamente, até a obtenção de um preço aceitável, cujo autor seja habilitado, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no Art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.
- **8.5.** Colhidas as assinaturas será providenciada a imediata publicação da ata.
- **8.6.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá convocar os adjudicatários remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços e entregar os produtos no respectivo preço registrado, na seguinte hipótese:
- **8.7.** Inexecução contratual pelo primeiro colocado por qualquer motivo e consequentemente cancelamento da Ata, inclusive em caso fortuito ou de força maior.



- **8.8.** Os adjudicatários convocados terão o mesmo prazo estabelecido no subitem **8.2** para assinar a Ata de Registro de Preços com o saldo do quantitativo e o período remanescente da Ata anterior.
- **8.9.** Os detentores das Atas não se eximirão das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução contratual.
- **8.10.** A existência do preço registrado não obriga a Prefeitura a efetuar as aquisições que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.
- **8.11.** Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos Arts. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e nos Arts. 16 e 17 do Decreto Municipal nº 3.317, de 25 de fevereiro de 2008.
- **8.12.** No caso de descumprimento subitem **8.2**, sem justificativa aceita pela Municipalidade, serão aplicadas as sanções previstas no **Item 14 Das Sanções Para o Caso De Inadimplemento**.
- **8.13.** Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar a regularidade, no prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério desta Prefeitura, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação dada pelo Art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.
- **8.14.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para e feito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- a) Não ocorrendo a regularização prevista no subitem **8.13**, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo estabelecido no subitem. **5.9.1** do Edital.
- **b)** Na hipótese de nenhuma microempresa e empresa de pequeno porte atender aos requisitos deste Edital, será convocada outra empresa na ordem de classificação das ofertas, com vistas à contratação.
- **8.15.** A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando oportunamente documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.
- **8.16.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, com início a contar da data de assinatura.

### 9. DA GARANTIA CONTRATUAL:



9.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

### **10. DO FORNECIMENTO:**

- **10.1.** A detentora da ata de Registro de Preços ficará obrigada a:
- a) Fornecer o objeto deste certame, conforme solicitação expedida pela Secretaria Requisitante, nos moldes dos **Anexos I** Memorial Descritivo e **II** Termo de Referência, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Prefeitura Municipal de Amparo/SP.
- **b)** A Prefeitura Municipal de Amparo/SP não está obrigada a adquirir uma quantidade mínima do objeto, ficando ao seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.
- c) O quantitativo total expresso no Formulário Proposta é estimativo e representam as previsões da Prefeitura Municipal de Amparo/SP para as compras durante o prazo de 12 (doze) meses.
- d) A existência do preço registrado não obriga a Prefeitura Municipal de Amparo a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente.

## 11. DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO:

- 11.1. Prazo de entrega: A entregas serão parciais pelo período de 12 (doze) meses e deverão ser efetuadas em até 5 (cinco) dias a contar do recebimento das Autorizações de Fornecimento emitidas pelo Departamento de Suprimentos.
- **11.2.** Local de entrega: As entregas deverão ser realizadas no Funerária Municipal, sito a Avenida da Saudade, nº 1372, Bairro Silvestre Amparo/SP, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 11h e das 13h às 16h.
- **11.3. Condições de pagamento:** Após cada entrega, aprovação da Secretaria solicitante, e em até 15 (quinze) dias do recebimento da Nota Fiscal.

### 12. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

- **12.1.** O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega dos bens, no local e endereço indicados no subitem **11.2**, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.
- **12.2.** Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.



- **b)** Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- c) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- d) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

## 13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- **13.1.** Condições de pagamento: Após cada entrega, aprovação da Secretaria solicitante, e em até 15 (quinze) dias do recebimento da Nota Fiscal.
- **13.2.** Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que forem cumpridas.
- **13.3.** A Contratada deverá apresentar, no ato da entrega da nota fiscal, Certidão válida de comprovação do recolhimento de encargos e tributos (FGTS, INSS e CNDT) correspondente ao mês de entrega, de acordo com o que preconizam o Art. 195, §3 da C.F; Art. 31 da Lei nº 8.212 de 24/07/91, Art. 2º da Lei nº 9.012 de 31/03/95 e Art. 71 da Lei nº 9032 de 24/04/95.

### 14. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO:

- **14.1.** São aplicáveis as sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas pertinentes.
- **14.2.** O licitante ou contratado que descumprir qualquer das cláusulas deste Edital ou do instrumento contratual ficará sujeito às penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.
- **14.3.** Ficará sujeito a impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e autarquia, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme dispõe o Art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no instrumento contratual e das demais cominações legais, aquele que:
- **14.4.** Apresentar documentação falsa para o certame.
- **14.5.** Convocado dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato.
- **14.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.
- **14.7.** Não mantiver a proposta, lance ou oferta.



- 14.8. Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação e
- **14.9.** Falhar ou fraudar na execução do contrato.
- 14.10. DAS MULTAS em cada caso, aplicar-se:
- **14.11.** Pela recusa injustificada em assinar o termo contratual ou retirar o documento equivalente dentro do prazo estabelecido no Edital, será aplicada uma multa correspondente a 10% do valor do contrato, não aplicando à empresa remanescente, em virtude de não aceitação da primeira convocada.
- **14.12.** A contratada será responsabilizada civil e criminalmente por todo e qualquer prejuízo, acidente ou dano que vier a ser causado ao município ou a terceiros, em virtude da execução do objeto para o qual foi contratada.
- **14.13.** Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, cumulativamente, além de declaração de sua inidoneidade, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, as sanções adiante previstas:
- **14.13.1.** Multa correspondente a 10% do valor do contrato, e;
- **14.13.2.** Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Amparo, e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município de Amparo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante esta Municipalidade.
- **14.14.** Na hipótese de descumprimento por parte da Contratada das obrigações assumidas ou de infringência de preceitos legais pertinentes, serão a ela aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades:
- **14.14.1.** Advertência.
- **14.14.2.** Multa correspondente a 10% do valor do contrato.
- **14.14.3.** Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Amparo e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município de Amparo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante esta Municipalidade.
- **14.14.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
- **14.15.** As sanções previstas nos subitens **14.14.1**, **14.14.3** e **14.14.4**, poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem **14.14.2**.



- **14.16.** O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que o adjudicatário tenha direito, originário da aquisição ou da prestação de serviço anterior ou futuro.
- **14.17.** Aplicam-se, subsidiariamente ao disposto nesta cláusula, as condições previstas no capítulo IV da Lei 8.666/93.
- **14.18.** Fica consignada uma multa de 01% (um por cento), que incidirá sobre os itens faltantes ou sobre todo o contrato, conforme o caso, por dia de atraso na entrega do avençado, até o limite de 10% (dez por cento), caso em que a Contratante poderá rescindir o respectivo contrato ou documento equivalente.

### 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- **15.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- **15.2.** Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo (a) pregoeiro (a) e pela equipe de apoio.
- **15.3.** O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes, para o(a) pregoeiro(a) até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais até a etapa de habilitação.
- **15.4.** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Município de Amparo/SP e nos sítios eletrônicos www.amparo.sp.gov.br ou www.bec.sp.gov.br, opção "pregão eletrônico".
- **15.5.** Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, informações ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.
- **15.6.** A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações, será formulada em campo próprio do sistema, encontrado na opção EDITAL.
- **15.7.** As impugnações serão respondidas pelo subscritor do Edital e os esclarecimentos e informações prestados pelo (a) pregoeiro (a), no prazo de até 01 (um) dia útil, anterior à data fixada para abertura da sessão pública.
- **15.8.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública.
- **15.9.** Foro. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da cidade de Amparo, Estado de São Paulo.
- 15.10. Mudança de marca e/ou procedência. O Município só aceitará a mudança de marca e/ou procedência do item cotado, somente com a aprovação da Secretaria solicitante, desde que a



qualidade do produto seja igual ou superior ao cotado pela licitante e o preço não seja superior ao contratado.

- **15.11.** Para substituição da marca e/ou procedência ofertada, a licitante vencedora deverá comprovar a inviabilização de fornecimento da marca e/ou procedência, ou seja, comprovar que se deve a fato superveniente não imputável a licitante vencedora. Exemplo clássico: Descontinuidade de fabricação do produto, que deverá restar comprovada, por meio de documentos, que o produto efetivamente foi retirado de linha. Caso a nova marca e/ou procedência não atenda às necessidades do Município, ou seja, não preste ao atendimento do interesse público, a substituição não será possível.
- **15.12.** O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno. O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no § 3º do Art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no Art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.
- **15.13.** A participação de único licitante, por si só, não impede a continuidade do certame ou impõe obrigatoriamente a revogação do procedimento licitatório, desde que, no momento oportuno e cumulativamente:
- a) Após negociação obrigatória o preço que se revele vantajoso à Administração seja o corrente no mercado, necessário e razoavelmente inferior ao estimado na fase interna do procedimento licitatório, e, compatível com o mercado.
- **b)** No caso de o único participante ter apresentado orçamento para compor o valor estimativo, na fase interna, sem prejuízo da observância do imposto na letra "a", o preço da licitação não poderá ser superior àquele orçado pelo licitante vencedor para composição do valor estimado de referência à futura contratação, salvo se defasado.
- c) Seja justificada a impossibilidade de repetição.
- d) O Edital não contenha cláusula (s) restritiva (s) à competitividade, salvo quando tecnicamente justificável, nos termos do § 5°, do Art. 7°, da Lei n.º. 8.666/1993.
- **15.14.** Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo (a) pregoeiro (a).
- **15.15.** Integram o presente Edital:
- Anexo I Memorial Descritivo.
- Anexo II Termo de Referência.
- Anexo III Estudo Técnico Preliminar.
- Anexo IV Modelo Arquivo Declarações (Fase Habilitação)
- Anexo V Declaração de Elaboração Independente de Proposta e Atuação Conforme ao Marco Legal Anticorrupção.
- Anexo VI Declaração de Inexistência de Grau de Parentesco nos Termos do Artigo 109 da Lei Orgânica Municipal.



- Anexo VII Modelo Padrão de Proposta Comercial.
- Anexo VIII Termo de Ciência e de Notificação.
- Anexo IX Minuta da Ata de Registro de Preços.

**15.16.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Amparo.

15.17. Havendo divergência entre a especificação do sistema BEC e a do Edital, prevalecerá a do Edital.

Amparo, 12 de setembro de 2022.

Maria Aparecida Adomaitis Diretora do Departamento de Suprimentos



### ANEXO I **MEMORIAL DESCRITIVO**

Processo Administrativo nº 8321/2022. **Oferta de Compra** nº 816800801002022OC00071 e 816800801002022OC00072. Pregão Eletrônico nº 111/2022.

## 1. Do Objeto:

Constituição de sistema de Registro de Preços para eventual aquisição futura de materiais de enfermagem para uso da Funerária Municipal, conforme Edital e Anexos.

### **1.1.** O objeto consiste nos seguintes itens:

	OC: 816800801002022OC00071.		
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE.	UNIDADE DE MEDIDA
01	AGUA OXIGENADA - 10 VOLUMES - LITRO -	270	UN
02	ALGODAO HIDROFILO - PCT 500 GR -	50	UN
03	ATADURA DE ALGODÃO ORTOPÉDICO 10 CM - ATADURA 100 ALGODAO CRU, TAMANHO 10CM, COM BAIXO TEOR DE IMPUREZAS, MANTA UNIFORME, NAO ESTERIL.	2000	UN
04	AVENTAL DESCARTAVEL MANGA LONGA (GRAMATURA 40 MG) PACOTE C/ 10 UNIDADES - COM LASTEX NO PUNHO, SOFT, EM 100 POLIPROPILENO, COM DUAS AMARRAS NA REGIAO DO PESCOCO E NA REGIAO DA CINTURA. MODELO GRAMATURA 40. EMBALAGEM C 10 UNIDADES. E NECESSARIA A APRESENTACAO DE AMOSTRA P ANALISE.	2200	PCT
05	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA NÃO ESTÉRIL (PACOTE C/500 UNIDADES) - COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA NAO ESTERIL. PACOTE COM 500 UNIDADES. E NECESSARIA APRESENTACAO DE AMOSTRA. ESPECIFICACAO: COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA, NAO ESTERIL, CONSTITUIDA DE TECIDO TIPO TELA 100 ALGODAO, MEDINDO 15CM X 30CM QUANDO ABERTA EM REPOUSO, COM DENSIDADE DE 13 FIOSCM2, COM 5 DOBRAS E 8 CAMADAS DE MODO A MEDIR APROXIMADAMENTE 7,5CM X 7,5CM QUANDO DOBRADA, COM AS BORDAS VOLTADAS PARA A PARTE INTERNA, SEM FIOS SOLTOS, APRESENTANDO PERFEITA UNIFORMIDADE, COM ALTA CAPACIDADE DE ABSORCAO E RETENCAO DE LIQUIDOS, COR BRANCA, MACIA, ISENTA DE IMPUREZAS, AMIDO, ALVEJANTES OPTICOS OU SUBSTANCIAS ALERGENICAS. EMBALADA EM PACOTES COM 500 UNIDADES CADA, COM PESO MINIMO DE 490GR POR PACOTE, TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE, METODO DE ESTERILIZACAO, NUMERO DE REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE. O PRAZO DE VALIDADE MINIMO DEVE SER DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. DEVE ATENDER NA	10	PCT



	INTEGRA AS ESPECIFICACOES DA ABNT NBR 138432009.		
06	ESPARADRAPO 10 CM X 4,5MT -	30	UN
07	FITA CIRURGICA MICROPORE 2,5CM X 10M -	40	UN
08	LUVA DE PROCEDIMENTO DE LÁTEX - TAMANHO GRANDE - LATEX DE BORRACHA NATURAL, SUPERFICIE LISA, AMBIDESTRA, NAO ESTERIL, COM PO BIOABSORVIVEL, EMBALAGEM C 100 UNIDADES, REGISTRO ANVISA E SELO SAUDE SEGURANCA IFPQINMETROMTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM.	300	UN
09	LUVA DE PROCEDIMENTO DE LÁTEX - TAMANHO MÉDIO - LATEX DE BORRACHA NATURAL, SUPERFICIE LISA, AMBIDESTRA, NAO ESTERIL, COM PO BIOABSORVIVEL, EMBALAGEM C 100 UNIDADES, REGISTRO ANVISA E SELO SAUDE SEGURANCA IFPQINMETROMTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM.	200	UN
10	LUVA DE PROCEDIMENTO DE LÁTEX - TAMANHO PEQUENO - LATEX DE BORRACHA NATURAL, SUPERFICIE LISA, AMBIDESTRA, NAO ESTERIL, COM PO BIOABSORVIVEL, EMBALAGEM C 100 UNIDADES, REGISTRO ANVISA E SELO SAUDE SEGURANCA IFPQINMETROMTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM.	100	UN
11	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA DESCARTÁVEL - COM ELASTICO, TRES CAMADAS, COR BRANCA, FILTRO BFE C 98,8 DE RETENCAO BACTERIOLOGICA, 100 POLIPROPILENO, C CLIP NASAL, ATOXICA, ISENTA DE FIBRA DE VIDRO, NAO INFLAMAVEL, NAO ESTERIL, C REGISTRO NA ANVISA IMPRESSO NA EMBALAGEM, EMBALADAS EM DISPENSER BOX C 50 UNIDADES. NECESSARIA A APRESENTACAO DE AMOSTRA P ANALISE.	4000	UN
12	MASCARA HOSPITALAR N 95 -	1000	UN
13	SACO P/ LIXO BRANCO LEITOSO 60 LITROS (PACOTE DE 1 KILO) -	450	KG

OC: 816800801002022OC00072.				
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE.	UNIDADE DE MEDIDA	
01	ALCOOL A 70% LITRO - USO HOSPITALAR, PARA ASSEPSIA.	200	UN	
02	ALCOOL GEL A 70% - 500 ML (FRASCO PUMP) - PARA ASSEPSIA.	150	UN	
03	Fita Adesiva Transparente "Larga", tamanho 50 mm x 50 m	20	UN	
04	FITA CREPE 19 MM X 50M -	400	UN	
05	OCULOS DE PROTEÇÃO (ENFERMAGEM) -	20	UN	
06	SABONETE LIQUIDO ANTI SEPTICO 05 LITROS -	30	LT	



### ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM USADO PARA ATENDIMENTOS DOS ÓBITOS PELOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS E TRANSPORTE E AGENTES FUNERÁRIO I, PARA O PERÍODO DE 01 ANO.

### 1- Justificativa:

1.1 - Atender todas as necessidades dos óbitos e dos funcionários da Funerária Municipal, com estrita observância às descrições constantes na ATA.

## 2- REQUISITOS DOS PRODUTOS OBJETOS DA LICITAÇÃO COM ESPECIFICAÇÕES MAIS LONGAS PARA MELHOR ATENDIMENTO:

2.1 - Todos os itens deverão possuir requisitos solicitados em seus descritivos no Edital.

ITEM 1: ÁGUA OXIGENADA - 10 VOLUMES - LITRO (Item 01 - OC 71)

ITEM 2: ÁLCOOL A 70% LITRO (Item 01 - OC 72) USO HOSPITALAR, PARA ASSEPSIA.

ITEM 3: ÁLCOOL EM GEL 70% (Item 02 - OC 72) PARA ASSEPSIA.

## ITEM 4: ALGODÃO HIDRÓFILO 100% ALGODÃO (Item 02 - OC 71)

Necessária apresentação de amostra.

Especificação: Algodão hidrófilo absorvente em rolo formado por camadas sobrepostas de fibras de algodão, com mantas uniformes envolvidas em papel especial e embaladas individualmente em saco plástico medindo entre 1 e 1,5cm de espessura por 22cm de largura, contendo 500gr. O produto deve ter aspecto uniforme e na cor branca, sem grumos ou substâncias estranhas, sem alvejantes ópticos, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, data de fabricação e prazo de validade, número de registro no ministério da saúde. O prazo de validade mínimo deve ser de 12 meses a partir da data da entrega. Deve atender na íntegra as especificações da ABNT NBR 14635/2000, principalmente no quesito hidrofilidade e capacidade de absorção.

ITEM 5: ATADURA DE ALGODÃO ORTOPÉDICO 10 CM (AMOSTRA) (Item 03 - OC 71) Atadura 100% algodão cru, tamanho 10 cm, com baixo teor de impurezas, manta uniforme, não estéril.

## ITEM 6: AVENTAL DESCARTÁVEL MANGA LONGA (GRAMATURA 40MG) (Item 04 - OC 71)

Com lastex no punho, soft, em 100 % polipropileno, com duas amarras (na região do pescoço e na região da cintura). Modelo gramatura 40. Embalagem c/ 10 unidades.

<u>ITEM 7: COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA NÃO ESTÉRIL (AMOSTRA) (Item 05 - OC 71)</u>



Pacote com 500 unidades. É necessária apresentação de amostra.

Especificação: Compressa de gaze hidrófila, não estéril, constituída de tecido tipo tela 100% algodão, medindo 15cm x 30cm quando aberta em repouso, com densidade de 13 fios/cm2, com 5 dobras e 8 camadas de modo a medir aproximadamente 7,5cm x 7,5cm quando dobrada, com as bordas voltadas para a parte interna, sem fios soltos, apresentando perfeita uniformidade, com alta capacidade de absorção e retenção de líquidos, cor branca, macia, isenta de impurezas, amido, alvejantes ópticos ou substâncias alergênicas. Embalada em pacotes com 500 unidades cada, com peso mínimo de 490gr por pacote, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, data de fabricação e prazo de validade, método de esterilização, número de registro no ministério da saúde. O prazo de validade mínimo deve ser de 12 meses a partir da data da entrega. Deve atender na íntegra as especificações da ABNT NBR 13843/2009.

### ITEM 8: ESPARADRAPO 10cm x 4,5m (Item 06 - OC 71)

É necessária apresentação de amostra.

Especificação: Esparadrapo impermeável medindo 10cmx4,5m, composto de tecido 100% algodão com tratamento especial para proporcionar facilidade de rasgo sem desfiamento, massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resinas, com excelente adesividade, inclusive sobre sua própria superfície. Deve conter bordas serrilhadas que favorecem o corte orientado em ambos os sentidos, sem a necessidade de instrumentos de corte. Embalagem individual em carretel com capa.

## ITEM 9: FITA ADESIVA TRANSPARENTE "LARGA", TAMANHO 50MMX50M (Item 03 - OC 72)

Fita adesiva transparente larga, medindo 50 mm x 50 m.

## ITEM 10: FITA CIRÚRGICA MICROPORE 2,5 CM X 10 M (Item 07 - OC 71)

Fita cirúrgica micropore 2,5cm x 10m.

Especificações: Fita microporosa medindo 2,5cm x 10m, confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipo-alergênica, indicada para regiões do corpo com alta sensibilidade, que possui excelente adesividade, inclusive sobre sua própria superfície. Embalagem individual em carretel de plástico com capa.

### ITEM 11: FITA CREPE 19MMX50MT (Item 04 - OC 72)

Fita adesiva crepe hospitalar, medindo 19mm x 50m, confeccionada com dorso de papel crepom tratado com látices de estireno butadieno, recebendo em uma de suas faces massa adesiva à base de borracha natural e resina, e na outra face uma fina camada impermeabilizante de resinas acrílicas, com excelente adesividade, além de aceitar escrita à lápis ou tinta sem borrar. Embalagem individual.

## ITEM 12: LUVA PROCEDIMENTO DE LÁTEX COM PÓ - TAMANHO GRANDE (AMOSTRA) (Item 08 - OC 71)

Látex de borracha natural, superfície lisa, ambidestra, não estéril, com pó bioabsorvível, embalagem c/ 100 unidades, registro ANVISA e "selo" saúde segurança IFPQ/INMETRO/MTE impressos na embalagem.

## ITEM 13: LUVA DE PROCEDIMENTO DE LÁTEX COM PÓ - TAMANHO MÉDIO (AMOSTRA) (Item 09 - OC 71)



Látex de borracha natural, superfície lisa, ambidestra, não estéril, com pó bioabsorvível, embalagem c/ 100 unidades, registro ANVISA e "selo" saúde segurança IFPQ/INMETRO/MTE impressos na embalagem.

## ITEM 14: LUVA DE PROCEDIMENTO DE LÁTEX COM PÓ - TAMANHO P (AMOSTRA) (Item 10 - OC 71)

Látex de borracha natural, superfície lisa, ambidestra, não estéril, com pó bioabsorvível, embalagem c/ 100 unidades, registro ANVISA e "selo" saúde segurança IFPQ/INMETRO/MTE impressos na embalagem.

## <u>ITEM 15: MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA DESCARTÁVEL – C/ FILTRO (AMOSTRA)</u> (Item 11 - OC 71)

Com elástico, três camadas, cor branca, filtro bfe c/ 98,8% de retenção bacteriológica, 100% polipropileno, c/ clip nasal, atóxica, isenta de fibra de vidro, não inflamável, não estéril, c/ registro na ANVISA impresso na embalagem, embaladas em dispenser box c/ 50 unidades. Necessária a apresentação de amostra p/ análise.

## ITEM 16: MÁSCARA HOSPITALAR N 95 (AMOSTRA) (Item 12 - OC 71)

Máscara hospitalar N 95.

## ITEM 17: ÓCULOS DE PROTEÇÃO (Item 05 - OC 72)

C/ ajuste nas orelhas e com camada anti embassante, certificado de qualidade e de aprovação no Ministério do Trabalho (CA) impresso na embalagem.

## ITEM 18: SABONETE LÍQUIDO ANTISSÉPTICO (Item 06 - OC 72)

### ITEM 19: SACO P/LIXO BRANCO LEITOSO 60 LITROS (Item 13 - OC 71)

### 3- DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS DE TODOS OS ITENS:

O licitante deverá apresentar amostra(s) do(s) item(s) ofertado(s) na proposta, conforme condições estabelecidas.

### 3.1 - As amostras deverão:

- a) Vir acompanhadas dos dados da empresa Licitante (razão social da empresa, número do processo licitatório e número do item);
- b) Ser fornecida amostra de cada item, para análise de acordo com as peculiaridades de cada um, a fim de se verificar a qualidade dos materiais cotados;
- c) Ser, entregues em embalagens originais, contendo informações quanto as suas características, tais como: marca, número de referência, número de lote, registro na Anvisa, prazo de validade e outras informações com a legislação pertinente.
- d) As amostras não serão devolvidas, pois servirão de comparativo para eventual aquisição, sendo de inteira responsabilidade da Licitante todos os custos pelo seu fornecimento.



- e) As amostras para análise deverão ser entregues A/C do pregoeiro no Paço Municipal e enviadas a Funerária Municipal aos cuidados do Sr. Clodoaldo José Siqueira para análise e parecer, respeitando o prazo estabelecido.
- f) Os itens que deverão ter amostras são: 5; 7; 12; 13; 14; 15; 16;.

### 4- DO REGISTRO DOS PRODUTOS:

Os produtos ofertados deverão ser registrados na ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde ou possuir sua isenção.

### 5- ENTREGA E PRAZOS:

- a) Os produtos quando solicitados, para compra, deverão ser entregues na FUNERÁRIA MUNICIPAL, na Avenida da Saudade, 1.372, Bairro Silvestre, de segunda a sexta-feira, das 7:30h às 11:00 e das 13:00h às 16:00h (Horário de Brasília/DF), dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da requisição, estando sujeitos à conferência pelo funcionário responsável.
- b) Os materiais em desconformidade com o seu descritivo serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema de imediato, sob pena de cancelamento da compra.

### **6- PAGAMENTO:**

Os pagamentos serão efetuados em 15 dias contados da data da liberação da Nota Fiscal pelo setor competente.



### ANEXO III ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1 – INTRODUÇÃO

A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica deste documento é estabelecer as condições necessárias para a contratação de empresa para o fornecimento de material de consumo, objetivando o atendimento de futuras demandas oriundas dos diversos óbitos e epis necessários para o trabalho dos agentes funerários e demais funcionários conforme especificações, condições e prazos definidos neste Estudo Técnico e Termo de Referência.

### 2 – NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM O PRESENTE ESTUDO PRELIMINAR

- \* Lei nº 8.666/93: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- \* Lei nº 10.520/02: Estabelece a modalidade de licitação denominada Pregão;
- \* Decreto nº 5.450/05: Regulamenta a aplicação do pregão em sua forma eletrônica;
- \* Decreto nº 10.024/2019: Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
- \* Decreto Municipal nº 4306/2012: Regulamenta a modalidade de licitação denominada Pregão no âmbito da administração direta do Município de Amparo.

## 3 – LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ALTERNATIVAS DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

O presente pleito refere-se à aquisição material de hospitalar, respeitando os requisitos estabelecidos com alta eficiência, menor custo operacional e segurança.

Trata-se de aquisição face ao repasse de recurso financeiro provindo tesouro da Secretaria de Infraestrutura e Serviço.

### 4 – JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA ESCOLHIDA

A presente aquisição para material hospitalar está alinhada com a qualificação da gestão, visa suprir o estoque do cemitério, haja vista a necessidade permanente de atender à demanda desses materiais, gerada nos diversos óbito.

### 5 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para o atendimento das necessidades desta aquisição, ressalta-se a observação dos seguintes itens:

- \* Atendimento de todas as leis, normas e instruções vigentes;
- \* Atendimentos às especificações e critérios de sua utilização.

## 6 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

A quantidade solicitada foi apenas para suprir a necessidades anual e que a média não foi realizada por se tratar da primeiro pedido de ata. A estimativa de custo foi levantada utilizando-se a pesquisa de mercado.

## 7 – LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR



Considerando o levantamento de mercado e experiências em aquisições anteriores, consultando-se Editais de objetos similares, verificou-se que a solução adotada é a que melhor atende as necessidades no presente momento.

## 8 – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO

O Produto a ser adquirido será através de processo licitatório com entrega parcial.

## 9 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS. MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

Pretende-se com a aquisição garantir o atendimento da demanda de óbitos com a melhor qualidade possível.

## 10 – PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Na prática haverá a necessidade de adequação do ambiente, visto que essa é uma rotina necessária e

fundamental para garantir o trabalho diário da funerária. Não possuímos sala especifica para os itens.				
11 – ANÁLISE DE RISCOS				
Probabilidade	(X)	(X) Baixa () Média () Alta		
Impacto	(X)	Baixa () M	Iédia () Alta	
Não atingir os result	ados esperados.			
Açã	o Preventiva		Responsável	
Comprometimento	da equipe de P	lanejamento	Equipe de Planejamento da Contratação/Compra	
da Contratação n	o sentido de	dar maior		
celeridade aos trâmi				
	e Contingência		Responsável	
Abrir novo procedin			Equipe de Planejamento da Contratação/Compra	
			O DA VIABILIDADE	
· ·	•		idenciou-se que a aquisição dos produtos acima	
_	-		o e economicamente vantajosa, desde que sejam	
adotadas as premissa			documento conforme preconizado.	
	MEMBRO	DA EQUIP	E DA CONTRATAÇÃO	
Clodoal	do José Siqueira	<u> </u>	Divisão de Administração da Funerária, do Velório e do Cemitério Municipal	
AUTORIDADE COMPETENTE				
Danilo V	anderlei Brolez	e	Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços	



## ANEXO IV MODELO ARQUIVO DECLARAÇÕES (FASE HABILITAÇÃO)

Processo Administrativo nº 8321/2022. Oferta de Compra nº 816800801002022OC00071 e 816800801002022OC00072. Pregão Eletrônico nº 111/2022.
Eu (nome completo), representante legal da empresa (denominação da pessoa jurídica), participante do
PREGÃO ELETRÔNICO nº 111/2022, da Prefeitura Municipal de Amparo/SP, DECLARO, sob as penas da lei:
a) Nos termos do inciso V do Art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.
b) Que cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame, declarando-se ainda, ciente de todas as disposições relativas à licitação em causa e sua plena concordância com a condições constantes no Edital.
Para licitantes microempresas ou empresas de pequeno porte que pretendem usufruir o direito de preferência e/ou o benefício da habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista:
c) Não possuir qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do Art. 3º da Le Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos declaro conhecer na íntegra
Para licitantes em recuperação judicial ou extrajudicial:
d) Para o caso de empresas em recuperação judicial: estar ciente de que no momento da retirada da nota de empenho deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.
e) Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: está ciente de que no momento da retirada da nota de empenho deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
(Nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal)



## ANEXO V DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

(em papel timbrado da licitante)

Eu,
representante legal do licitante (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 111/2022, Processo Licitatório nº 8321/2022, <b>DECLARO</b> , sob as penas da Lei, especialmente o Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:
a) A proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório.
<b>b)</b> A intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório.
c) O licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório.
d) O conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto.
e) O conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
f) O representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
<b>DECLARO</b> , ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:
I. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.
II. Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei.
III. Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.



### IV. No tocante a licitações e contratos:

- a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.
- b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.
- c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.
- d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.
- e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.
- f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.
- V. Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).
 (Nome/assinatura do representante legal)



### ANEXO VI DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE GRAU DE PARENTESCO NOS TERMOS DO ARTIGO 109 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Nome da Empresa Proponente: Endereço completo CNPJ: Inscrição Estadual e/ou Municipal

Pregão Eletrônico nº 111/2022 Processo Administrativo nº 8321/2022

Eu (nome completo), representante legal da empresa (nome da licitante), interessada em participar da licitação em referência realizada pelo Município de Amparo/SP, **DECLARO**, sob as penas da lei, que <u>não sou ou mantenho ou fui e mantive nos últimos 06 (seis) meses</u> no quadro societário (direção e chefia) pessoas que sejam ligadas por matrimônio ou companheiros e parentes, consanguíneo ou por adoção, até terceiro grau, com o Prefeito, Vice Prefeito, Vereadores ou com servidores e dos titulares de cargos de direção no âmbito do Poder Legislativo e Poder Executivo Municipal de Amparo/SP, nos termos do contido no artigo 109 da Lei Orgânica Municipal.

Amparo,	de	de 2022
Representante	e Legal da Proponent	te
Nome:		
RG:		
CPF:		



## ANEXO VII MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

Processo Administrativo nº 8321/2022. **Oferta de Compra** nº 816800801002022OC00071 e 816800801002022OC00072. Pregão Eletrônico nº 111/2022.

114	esa		telefon			estabelecida
a mail	ornecer à Prefeitura			ta bancária (ba	anco Agência e Co	onto Corrente)
C-111a11		inscrit	, con	na vancana (va	ilico, Agelicia e Co	onia Corrente)
nronõe f	ornecer à Prefeitura	, mserie Municipal de A	a 110 CIVI J 3	em estrito cun	nnrimento ao nrev	isto no Edital
	ção em epígrafe, es					
ed Herray Edital):	quo em epigiare, esp	occidimente no	que tange a	is Especificaço	es do Objeto (1 mo	caos i e ii do
zanar).						
Nos mol	des do Anexo I.					
		OC: 81680	0080100202	2OC000XX.		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XXXX	XX	XX	XX	XX	XX
A propoi A valida	VAÇÕES:  nente obriga-se a cu de desta proposta é					ıra da sessão
A propoi A valida pública c Responsi Cargo: _	nente obriga-se a cu de desta proposta é de pregão. ável pela assinatura	de 90 (novent	ra) dias corr	ridos, contados	da data da aberti	ıra da sessão
A propor A valida pública c Response Cargo: _ CPF: RG:	nente obriga-se a cu de desta proposta é le pregão. ável pela assinatura	de 90 (novent	TA:	ridos, contados	da data da aberti	ıra da sessão
A proportion A valida pública con Response Cargo: RG: Data de r	nente obriga-se a cu de desta proposta é de pregão. ável pela assinatura	de 90 (novent	TA:	ridos, contados	da data da aberti	ıra da sessão
A proportion A valida pública con Response Cargo: RG: Data de r	nente obriga-se a cu de desta proposta é de pregão. ável pela assinatura	de 90 (novent	TA:	ridos, contados	da data da aberti	ıra da sessão
A propor A valida pública c Response Cargo: _ CPF: _ RG: _ Data de r Telefone E-mail ir	nente obriga-se a cu de desta proposta é le pregão.  ável pela assinatura  nascimento: :: ::	de 90 (novent	TA:	ridos, contados	da data da aberti	ura da sessão
A propor A valida pública c Response Cargo: _ CPF: _ RG: _ Data de r Telefone E-mail ir	nente obriga-se a cu de desta proposta é le pregão. ável pela assinatura	de 90 (novent	TA:	ridos, contados	da data da aberti	ıra da sessão
A propor A valida pública c Response Cargo: _ CPF: _ RG: _ Data de r Telefone E-mail ir	nente obriga-se a cu de desta proposta é le pregão.  ável pela assinatura  nascimento: :: ::	de 90 (novent	TA:	ridos, contados	da data da aberti	ıra da sessão
A propor A valida pública c Response Cargo: _ CPF: _ RG: _ Data de r Telefone E-mail ir	nente obriga-se a cu de desta proposta é le pregão.  ável pela assinatura  nascimento: :: ::	de 90 (novent	TA:	ridos, contados	da data da aberti	ıra da sessão



## ANEXO VIII TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:
CONTRATADO:
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):
OBJETO: ADVOGADO (S)/ N° OAB/email: (*)
Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:
reio presente TERMO, nos, abaixo identificados.
1. Estamos CIENTES de que:
a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
d) as informações pessoais dos responsáveis pela <u>contratante</u> estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.
2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:
a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.
LOCAL e DATA:



<u>AUTORIDADE MAXIMA DO ORGAO/ENTIDADE</u> :		
Nome:		
Cargo:		
CPF:		
RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU	RATIFICAÇÃO	DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:		
Nome:		
Cargo:		
CIT		
Assinatura:		
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:		
Pelo contratante:		
Nome:	_	
Cargo:		
CPF:		
Assinatura:	<u> </u>	
Pela contratada:		
Nome:		
Cargo:		
CPF:		
Assinatura:		
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:		
Nome:	_	
Cargo:		
CPF:		
Assinatura:		

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



### ANEXO IX MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2022

Aos , no Município de Ampar	ro, CNPJ nº 4	3.465.459/000	1-73, com sede	na Avenida
Bernardino de Campos, nº 705, Centro, CE				
Martins, nos termos da Lei nº 10.520, de 17	7 de julho de 2	2002, diante do	o disposto no A	rt. 15, da Lei
nº 8666, de 21 de junho de 1993 e alteraçõe	es, Decreto Mu	nicipal nº 430	6 de 02 de jane	iro de 2012 e
demais normas aplicáveis, em face da	classificação	das Propostas	s apresentadas,	RESOLVE
REGISTRAR O PREÇO PARA EVENT				
ENFERMAGEM PARA USO DA FUNI	ERÁRIA MU	NICIPAL, co	onforme Editais	e Anexos, a
serem utilizados por esta Prefeitura, durante	e o período de	12 (doze) me	eses, oferecido p	pela empresa:
	PJ nº			, classificada
em primeiro lugar para fornecimento d	o(s) item(ns)	abaixo(s) dis	scriminados, ol	bservadas as
condições do Edital que rege o Pregão Eletro	ônico nº 111/20	022.		
	1	1		

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

**Prazo de entrega:** A entregas serão parciais pelo período de 12 (doze) meses e deverão ser efetuadas em até 5 (cinco) dias a contar do recebimento das Autorizações de Fornecimento emitidas pelo Departamento de Suprimentos.

**Local de entrega:** As entregas deverão ser realizadas no Funerária Municipal, sito a Avenida da Saudade, nº 1372, Bairro Silvestre – Amparo/SP, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 11h e das 13h às 16h.

**Condições de pagamento:** Após cada entrega, aprovação da Secretaria solicitante, e em até 15 (quinze) dias do recebimento da Nota Fiscal.

Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços, conforme Lei Federal nº 10.192/2001.

Os preços registrados poderão sofrer correção monetária no caso de atraso de pagamentos conforme disposto no Art. 40, inciso XIV, alínea c da lei nº 8.666/93.

As empresas detentoras do registro assumem o compromisso de fornecer os materiais solicitados, nas quantidades definidas nos pedidos a serem emitidos pelo Departamento de Suprimentos, nas condições constantes do Edital, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços.

Os preços registrados nesta Ata poderão ser cancelados por determinação da Prefeitura Municipal de Amparo, após comunicação à detentora, presentes as razões de interesse público, devidamente comprovadas em processo administrativo próprio, e pela detentora, mediante solicitação e comprovação da ocorrência de caso fortuito ou fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual.

Para o caso de descumprimento de quaisquer condições estabelecidas no Edital, relativas ao fornecimento objeto desta Ata, serão aplicadas as penalidades especificadas no **Item 14 - Das Sanções Para o Caso De Inadimplemento -** do Edital.



Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Amparo.

	Carlos Alberto Martins Prefeito Municipal				
Empresa:					
CNPJ nº:					
Endereço:					
Representante:					
RG:					
CPF:					
Testemunhas:					
Nome:	Nome:				
RG:	RG:				